

Bancos temem atraso dos juros até 90

Os bancos credores do Brasil estão dispostos a oferecer ao novo Presidente do País, a ser eleito em 15 de novembro, ótimos termos de negociação, a partir de abril do ano que vem, como redução da dívida externa, juros fixos de 6%, securitização e proteção contra alta do preço do petróleo. Ou seja, tudo que está sendo negociado com o México, ou mesmo melhores condições. Para isso, no entanto, ressaltou ontem o Vice-Presidente do Bank of America no Brasil, Joel Korn, "será extramamente importante que até lá não tenham se acumulado juros em atraso, pois neste caso as negociações já se iniciariam com um impasse da ordem de US\$ 6 bilhões".

Para que não surja esse complicador, Korn está torcendo para que o

FMI faça o mais rápido possível um acordo provisório com o Brasil, que possibilite a liberação de cerca de US\$ 1 bilhão (US\$ 600 milhões dos bancos credores e mais cerca de US\$ 400 milhões do FMI, Bird e Bid). Sem o acordo, disse Korn, não há hipótese de os bancos liberarem mais crédito, não só porque ficaria faltando o aval do Fundo ao programa econômico brasileiro mas também porque "de nada adiantariam US\$ 600 milhões diante de compromissos que apenas em setembro alcançam US\$ 1,6 bilhão".

Korn sabe que no dia 15 não haverá pagamento de juros (o Bank of America tem US\$ 200 milhões a receber). A preocupação maior é com a possibilidade de que este atraso perdure até 1990. Com as reservas tendo

que ser preservadas, "o que todos os bancos entendem, já que não desejam uma crise cambial para o Brasil", e sem o apoio do Fundo, haverá o impasse. Já com juros pagos, mesmo que parcialmente, "praticamente tudo o que vem sendo levantado pelos candidatos à Presidência, em suas plataformas de Governo, poderá ser obtido".

O Vice-Presidente do Bank of America tem conversado pessoalmente com os candidatos, para esclarecer que os bancos também desejam acabar com a transferência líquida de recursos para o exterior.

— Estamos dispostos a auxiliar, contando que o próprio País se auxilie, ou seja, que seja implementado pelo próximo governante um programa sério de ajuste — disse Korn.

